



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fundamentos do Serviço Social

Não é caridade, é profissão: emergência do Serviço Social

Alcione Ferreira da Silva¹

Resumo:

No presente artigo analisamos a emergência do Serviço Social, como divisão social e técnica do trabalho, voltado a responder às expressões da questão social, nos marcos do capitalismo monopolista. Objetivamos debater a importância da concepção materialista para enfrentar os equívocos da concepção “linear” do processo histórico, que entende o Serviço Social como fruto do processo evolutivo de ações caritativas. Ao enfrentarmos essa perspectiva na formação profissional, fortalecemos a compreensão objetiva da emergência da profissão, quesito fundamental para o debate dos processos de transformação vivenciados pelo Serviço Social no decurso de sua história.

Palavras-chave: serviço social, questão social e materialismo histórico

Abstract:

In the present article we analyze the emergence of Social Work as a social and technical division of work, aimed at responding to the expressions of the social question, within the framework of monopoly capitalism. We aim to discuss the importance of the materialist conception to face the mistakes of the “linear” conception of the historical process, which understands the Social Work as the result of the evolutionary process of charitable actions. When facing this perspective in professional training, we strengthen the objective understanding of the emergence of the profession, a fundamental question for the debate of the processes of transformation experienced by the Social Work throughout its history.

Keywords: Social Work, Social Issue, Historical Materialism

¹ Professora substituta em Serviço Social, na Universidade Estadual da Paraíba. Mestra em Serviço Social. alcionefts@hotmail.com.



1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, ainda é comum a percepção e aceitação do movimento da história como unidimensional, descritivo e meramente evolutivo, por isso, entre outros motivos, o debate sobre a emergência do serviço social não pode ser considerado esgotado, visto que a permanência da dessa concepção de história acarreta, entre outros problemas, a facilidade em se aceitar acriticamente que o processo histórico é transpassado e determinado por causalidades e obedece a ditames linear-evolutivos, ou seja, a emersão de um fato passa a ser compreendido, a-historicamente, como consequência evolutiva de fatos anteriores.

Nesse sentido, uma leitura histórica, nesses moldes e que esteja distanciada da concepção materialista-dialética, pode direcionar, ainda na atualidade, a compreensão conservadora de que a origem da profissão esteve centrada na “evolução de formas de caridade”, como elemento central para uma posterior profissionalização da “ajuda” que desembocaria no serviço social. Perspectiva que pode ser facilmente assimilada/reproduzida por discentes ainda no início da formação em Serviço Social.

Esta leitura desconsidera, em absoluto, que uma correta análise sobre a emergência da profissão de Serviço Social não pode negar as especificidades do sistema capitalista, cuja base está centrada no estabelecimento da contradição entre capital e trabalho que é o solo do qual emerge a questão social, matéria-prima do trabalho dos/as assistentes sociais.

É nesse cenário de embate entre as duas classes fundamentais, a burguesa e a trabalhadora, no seio da fase monopolista do capitalismo, a sociedade gesta as condições necessárias para que o Serviço Social se estabeleça como profissão, portanto, inserindo-se na divisão sociotécnica do trabalho enquanto categoria assalariada, chamada para responder às necessidades do capital, entre estas, a de minorar os problemas advindos da questão social que vitimavam a classe trabalhadora, como uma das estratégias de assegurar a continuidade do sistema.

2. PERSPECTIVA MATERIALISTA DA HISTÓRIA

A concepção marxiana de história parte de uma contraposição visceral ao idealismo, que propunha que as representações sociais eram as relações fundantes da realidade social. Para Marx, porém, era inequívoco que esta concepção trazia uma inversão entre o que é determinante (a realidade material) e o que é determinado (a realidade espiritual). Em



A *Ideologia Alemã*, Marx e Engels já expressam com nitidez esta concepção histórica ao afirmar que

Os homens são os produtores de suas representações, ideias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelas relações que a estas correspondem (MARX e ENGELS, 2009, p. 30).

Para Marx a matéria é o dado primário e a fonte da consciência, esta, por sua vez, é um dado secundário, derivado, pois é determinada pela base material, o autor concebe os fenômenos materiais como processos, abordando o “espírito” como determinado, mas não como consequência inerte das relações materiais de produção, já que pode reagir sobre estas, haja vista que o movimento histórico passa pela compreensão da contraditoriedade dinâmica do real. Esta concepção da realidade parte do movimento de antagonismos entre o momento da tese e o da antítese, cuja contradição deve ser superada pela síntese, movimento este que não pode ser pensado de forma meramente determinista e unilateral.

Ao falar da produção material da vida, Marx não se refere apenas à produção das inúmeras coisas necessárias à manutenção físicas dos indivíduos, considera o fato de que, ao produzirem todas essas coisas, os seres humanos constroem a si mesmos.

A concepção marxiana de história, passa assim pelo entendimento da categoria da totalidade. A totalidade seria a predominância multideterminada do todo sobre as partes que o constituem, pois os fenômenos sociais estão em constante relação recíproca, nenhum fenômeno pode ser compreendido isoladamente, como suposto elemento autônomo da sociedade.

Nesse sentido, os fatos não são percebidos como átomos, unidimensionados, pois pertencem a um todo dialético e como tal fazem parte de uma estrutura. Esta compreensão da totalidade nos auxilia na compreensão de que a elucidação da emergência dos fenômenos sociais, não podem ser analisados isolado e autonomamente, haja vista que totalidade

Não é sinônimo de tudo, mas significa um conjunto de partes, articuladas entre si, com uma determinada ordem e hierarquia, permeadas por condições e mediações em permanente processo de efetivação. Sua importância metodológica está fundada exatamente no fato de ser uma categoria que caracteriza a realidade em si. [...] Totalidade, portanto, como um princípio metodológico significa que nada pode ser compreendido de modo isolado (TONET, 2013, p. 115-116).

Isso significa que as coisas estão em constante e mútua interação, através de mediações múltiplas. Nesse sentido, não se pode compreender que o surgimento do serviço social poderia ter se dado unicamente pela “evolução da caridade”. Isto corresponderia a afirmar que as ideias, no caso o sentimento caridade, levam às ações caridosas que



evoluem por si mesmas e determinam a realidade a ponto de imprimir socialmente uma nova profissão.

Trata-se de uma concepção equivocada de história que está atrelada a uma percepção errônea de que evoluindo primeiro a caridade, esta determinaria as relações de trabalho de modo que surgiria o Serviço Social. É preciso, portanto, compreender a riqueza do movimento histórico, multidimensionado e complexo, para que se compreenda também a impossibilidade de se pensar a emergência da referida profissão como condicionada por um único e linear fator, a saber: suposta evolução da caridade.

Esta concepção, em sua essência, nega o materialismo histórico e apresenta uma base idealista, pois a “ideia” de caridade aparece como autônoma à base material e, em certa medida, como determinante sobre esta, haja vista que a ela é legada a capacidade de “criar” um novo agente assalariado. Esta perspectiva, então, nega todo um

[...] esforço de captar significado social dessa profissão na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas [...]. Um esforço de compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 71)

Respeitar e compreender este esforço implica em pautar as análises sobre o surgimento do serviço social, enquanto profissão, percebendo a base material da sociedade na qual ele surge, e como esta base, em suas múltiplas determinações, direcionam a necessidade da criação de um agente especializado para atuar no referido campo profissional.

3. A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL

Pensar a historicidade da emergência do serviço social, sob a perspectiva materialista dialética, direciona, conforme explicitam Iamamoto e Carvalho (2009), para a compreensão de que a referida profissão está inserida nas relações de produção e reprodução das relações sociais e que estas estão para além da manutenção da força de trabalho e dos meios de produção, pois estão inseridas na totalidade social.

A reprodução desta totalidade social, na sociedade capitalista, está assentada sob uma contradição essencial expressa em um modelo de produção que se revela coletivo, no que tange à produção das riquezas materiais e particular no que se refere à apropriação destas riquezas. Essa contradição polariza as classes sociais fundamentais: a trabalhadora



(que produz) e a burguesa (que se apropria dos frutos da produção). À primeira cabe a “apropriação”, enquanto vivência, das mazelas resultantes da produção, todavia, esta classe é essencial para continuidade da produção e reprodução das relações sociais. Nesse sentido, é imperativo, para a sociedade burguesa, que sejam estabelecidos meios necessários não apenas para a subsistência material da classe trabalhadora, mas para a reprodução de uma consciência social que legitime a ordem.

É neste esteio que podemos compreender a emergência do serviço social, todavia, como já afirmado. Um dos fatores que não pode ser dissociado do processo no qual o Serviço Social emerge é a constituição da questão social. Esta, em linhas gerais, pode ser conceituada como

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (CARVALHO E IAMAMOTO, 2009, p. 77).

Em consonância com esta conceituação, Netto (1996), discute sobre a gênese da questão social enquanto fenômeno histórico constituído em torno das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa do século XIX, desencadeadas pelo processo de industrialização, destacando o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, que permitiu a percepção de tal fenômeno e o posterior desenvolvimento teórico do referido conceito, pioneiramente realizado por Karl Marx.

De acordo com Netto (1996), a vocábulo “questão social” começou a ser utilizado na terceira década do século XIX sendo divulgada por críticos da sociedade e filantropos que faziam parte do espaço político. A expressão surge para dar conta do fenômeno de extrema pauperização do proletariado que a Europa Ocidental experimentava com a industrialização, iniciada na Inglaterra nas últimas décadas do século XVIII, fenômeno este que está vinculado ao conflito entre o capital e trabalho inerente ao sistema capitalista, no qual a produção é coletiva, enquanto a apropriação da riqueza produzida é privada.

A questão social é, nesse sentido, um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, que resultam do crescimento antagônico entre a concentração/acumulação de capital de um lado, e a da miséria para a maioria da população de outro.

A questão social é, pois, a luta de classes em uma de suas expressões e está na base fundante da sociedade emergindo das relações postas entre capital e trabalho. A sua acentuação poderia, portanto, por em questionamento a continuidade da sociedade burguesa, ao atingir direta, profunda e permanentemente a classe trabalhadora. Nesse sentido, tornou-se imperioso que medidas interventivas fossem adotadas, para tanto,



O estado passa a intervir diretamente nas relações entre empresariado e classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhistas específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento à questão social. [...] O Estado busca enfrentar [...] o processo da pauperização absoluta ou relativa do crescente contingente da classe trabalhadora urbana, engrossado com a expansão industrial como elemento necessário à garantia de novos níveis de produtividade do trabalho exigidos nesse estágio de expansão do capital (CARVALHO E IAMAMOTO, 2009, p. 77-78).

Carvalho e Iamamoto (2009) demarcam como, frente a esta necessidade de dar respostas às expressões da questão social, as formas de caridade, até então largamente direcionadas para esta função, mostraram-se insuficientes sendo necessário o estabelecimento de uma ação mais centralizada e racionalizada de serviços assistenciais.

No Brasil, essa racionalização terá fortes traços de continuidade com ações caritativas que se expressam, por exemplo, no fato de uma das instituições mediatizadoras do processo de formação ser a Igreja Católica, uma vez que às origens do Serviço Social remete à:

[...] qualificação do laicato, especialmente em sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social, junto às classes subalternas, especialmente, junto às famílias operárias. Esta origem profissional [...] confere um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da Igreja (CARVALHO E IAMAMOTO, 2009, p. 83).

Fica latente, assim, que assistencialismo e caridade se entrecruzavam como partes fundamentais do fazer do serviço social, em sua origem no Brasil, eles expressavam permanências históricas, mas não explicavam o surgimento da então nova profissão no cenário nacional. Nesse contexto, é preciso atentar que isso não significa, de modo algum, que a profissão resultou meramente da evolução da caridade.

Para tanto, compreender o capitalismo em sua fase monopolista é essencial na captura da emergência do serviço social, uma vez que

[...] a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à "questão social" tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito a idade do monopólio (NETTO, 1996, p. 14).

Dessa forma, embora a questão social tenha existido desde a constituição da sociedade burguesa, é apenas na fase dos monopólios que o tratamento sobre ela pôde constituir características que tornaram necessária a emergência do Serviço Social. Acerca destas características Netto (1996) aponta: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados, a crescente dificuldade de valorização do capital acumulado, a



continua migração de capitais excedentes sem subjuço à marcos estatais ou nacionais, a clara exposição na natureza parasitária da burguesia.

Ainda segundo Netto (1996), estas características, entre outros elementos, demandam uma nova forma de intervenção estatal na sociedade e, por conseguinte, demandam novas estruturas necessárias à intervenção com objetivo de assegurar a acumulação e a valorização do capital na fase dos monopólios.

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que conferem à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...] altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencializa as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas na fase concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos [...]. Com efeito o ingresso do capitalismo na fase imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica [...]. o que importa observar e destacar com a máxima ênfase é que a constituição da organização monopolista obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: acréscimos dos lucros capitalistas através do controle de mercados (NETTO, 1996, p 19-20).

Com objetivo de atender o acréscimo de lucros capitalistas, o capitalismo na fase monopolista coloca para o Estado a exigência de este utilizar novos mecanismos de intervenção extraeconômicos, para responder as sequelas que sua produção causa. Para execução de tal função o Estado é chamado para assumir mais um papel, para além dos já exercidos como ao garantir as condições necessárias para garantir a propriedade privada e os meios de produção à burguesia e das funções econômicas diretas, como a de empresário nos setores básicos não rentáveis (NETTO, 2011).

Isto se dá porque o Estado é a instância política econômica dos monopólios e como tal “é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para ocupação sazonal” (NETTO, 2011, 27).

Nessa perspectiva, o que se evidencia, para que compreendamos a atuação política do Estado no surgimento do Serviço Social e na definição de suas demandas iniciais, é que o capitalismo cria condições para que o Estado, capturado pela lógica dos monopólios, busque legitimação política por meio de uma atuação que torna possível responder às lutas dos trabalhadores. É apenas nessa conjuntura que as sequelas decorrentes da questão social começaram a ser respondidas através de uma política estatal mais sistemática.

Porém o Estado só pode atuar sobre tais sequelas de forma fragmentada, centrado na perspectiva da redução de disfuncionalidades, ocultando que os problemas que busca “remediar” de forma personalista têm origem permanente no sistema (NETTO, 2011). “Na verdade, o que se passa é que a incorporação do caráter público da ‘questão social’ vem



acompanhada de um esforço da aparência privada de suas manifestações individuais [...]” (NETTO, 2011, 36).

É nesse contexto histórico e político, pensando o papel do Estado capitalista na era do monopólios (sob o destaque que este se constitui com um dos fatores, não o único, que levam a emersão do Serviço Social), que é requisitado um novo profissional para atuar diretamente com as sequelas da questão social.

Até 1887, dois anos antes da proclamação da República no Brasil (1889), não se registra nenhuma legislação social. No ano de 1888, há a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública, inaugurando uma dinâmica categorial de instituição de direitos que será a tônica da proteção social até os anos 60 do século XX. Em 1889, os funcionários da Imprensa Nacional e os ferroviários conquistam o direito à pensão e a 15 dias de férias, o que irá se estender aos funcionários públicos do Ministério da Fazenda, no ano seguinte. Em 1891, tem-se a primeira legislação para assistência a infância no Brasil, regulamentando o trabalho infantil, mas que jamais foi cumprida, confirmando a tendência anteriormente sinalizada da distância entre intenção e gesto no que se refere a legislação social brasileira. Em 1892, os funcionários da marinha adquirem o direito à pensão (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 89-80)

Essa escassa, pouco abrangente e nem sempre cumprida, legislação social de fins do século XX indica que, enquanto o Estado Brasileiro não foi requisitado diretamente, pelas necessidades do capitalismo monopolista e pressionado pelas lutas do operariado para atuar mais sistematicamente na política social, não houve condições históricas e políticas para que se reconhecesse as sequelas da questão social como esfera de intervenção estatal, não sendo possível, portanto, que requisitasse um profissional específico para trabalhar nas demandas inerentes de tais sequelas.

É nesse contexto que “a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem” (NETTO, 1996, p. 22). Em resumo, é apenas com o capitalismo monopolista e a captura do Estado por este, que a questão social, outrora tratada como “caso de polícia”, torna-se também “caso de política”, passando a ser responsabilidade do Estado dar respostas às expressões da questão social de forma planejada e articulada, obedecendo aos interesses do capital monopolista. Foi também respondendo a esta necessidade que emergiu o serviço social.

Todavia, conforme nos legou a concepção materialista da história, “a história não é outra senão a história da luta de classes”, essa luta, como fonte explicação da história, não pode ser negligenciada um dos elementos essenciais para compreensão da história do serviço social enquanto profissão inserida da divisão sócio-técnica do trabalho.

Assim como Iamamoto e Carvalho (2009) e Netto (1996) também apontam o desenvolvimento da classe trabalhadora e seu fortalecimento enquanto ator político, como



um fator fundamental para que o empresariado e o Estado fossem pressionados a formular respostas para as suas demandas, uma vez que

É o protagonismo proletário, assim, que, na configuração da idade do monopólio, põe a resolução da “questão social” como variável das lutas direcionadas á ultrapassagem da sociedade burguesa, mas não se trata, somente, da politização da “questão social” num andamento antípoda a qualquer visão conservadora ou reacionária: trata-se de visualizar a sua solução como processo revolucionário (NETTO, 1996, p. 55).

Em resposta a este avanço na organização dos trabalhadores, a burguesia aliada ao Estado contrapõe seu projeto conservador, estabelecendo políticas que objetivam minorar as sequelas da questão social, inclusive, com uma das formas de conter o avanço do proletariado e de impedir que as referidas sequelas passassem a ser a uma ameaça incontrolável à manutenção da sociedade burguesa.

Para mediar esse embate, precisava-se, nesse contexto, de um profissional que fosse posto entre as classes com o objetivo de, através de políticas, ser o porta voz dessa “harmonia”: o assistente social. Nesse sentido, “é somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais [...] que se instaura um espaço histórico-social que possibilita a emergência do serviço social como profissão” (NETTO, 1996, p. 65).

4. APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

A compreensão da emergência do Serviço Social enquanto profissão, baseada numa perspectiva materialista e dialética da história, não pode relegar a segundo plano a análise das expressões da questão social na fase monopolista do capitalismo, assim como o embate posto entre as classes trabalhadora e burguesa naquele contexto.

Pois é nesse cenário histórico-político-econômico e social que as condições necessárias para o nascimento do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho são postas. É nesse momento que a questão social, constitui-se como ameaça a ordem, em face da politização do proletariado, sendo para a burguesia e o Estado imperioso que se formule estratégias para demandar respostas às péssimas condições de vida a que o operariado estava submetido.

Na atuação direta dessas respostas, que foram formuladas em forma de políticas, fez-se necessário um profissional especializado. Nesse sentido, para este se legitimaria um campo de atuação profissional que consolidou o Serviço Social, inserido no processo de produção e reprodução das relações sociais da sociedade burguesa.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 8 ed. São Paulo: Cortez. 2011.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez. 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

MARX, Karl e ENGELS, Frederich. **A Ideologia Alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lucaks, 2013.